

Trabalhador receberá em dobro por hora extra



Josemar Gonçalves



Josemar Gonçalves

Líderes partidários apoiam emenda que favorece trabalhador e deixam furioso Albano Franco da Confederação Nacional da Indústria

Lula repudia acordo contra estabilidade

A discussão dos temas trabalhistas está sendo, no momento, o divisor de águas entre os diversos grupos da Constituinte. Ontem, o líder do PT, deputado Luis Inácio "Lula" da Silva, classificou como "terrorismo e pressão ilegal à Constituinte" uma articulação entre as lideranças do PMDB, PFL, PTB e PL para selar uma troca entre a indenização e o aviso prévio proporcional pela dispensa imotivada.

Alegando que o empresariado nacional está paralisando maciçamente seus investimentos, o senador Albano Franco (PMDB-SE) apelou pela derrubada da estabilidade no emprego do projeto de Constituição. "É uma questão de honra para o desenvolvimento nacional", ponderou.

A intenção revelada pelo presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) é aprovar o destaque do deputado José Maria Eymael (PDC-SP) para o inciso XVI — que prevê indenização e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço —, e transpor para o texto, já aprovado, do inciso I do Artigo 6º no lugar da dispensa imotivada. "O que o empresário quer é continuar com o direito de demitir na hora que bem entender", disparou Lula, além de considerar a tática como uma afronta às regras do jogo.

Mas o senador Albano Franco confirmou para o próximo dia 22, em Brasília, um encontro entre todos os presidentes de federações de indústrias do País com o presidente da Constituinte do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e na pauta dos assuntos, a estabilidade estará como prioridade máxima.

Divergências

Mas os temas polêmicos que ainda serão votados pela Sistematização, no âmbito trabalhista, como o direito de greve e a liberdade sindical, não conseguiram obter acordo entre os grupos e lideranças. Inclusive as 400 entidades sindicais ligadas ao DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — não conseguiram uniformidade de pensamento sobre a autonomia sindical, assim como a CUT e a CGT que divergem sobre a matéria.

A ala mais radical da Constituinte, como o PT, PDT, PC do B e PCB pretendem suprimir o parágrafo segundo do Artigo 10º que joga para a legislação ordinária competência para reger sobre os abusos cometidos e as penas para as greves. Já o grupo conservador, segundo o senador Albano Franco, não irá abrir mão deste dispositivo, inclusive que penalize os dois lados, a paralisação ilegal dos trabalhadores e os monopólios e locautes empresariais.

O DIAP estará apoiando a emenda de autoria do deputado Vasco Alves (PMDB-ES) para um novo texto ao direito de greve.

Miro critica líder e não é mais vice

O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) deixou ontem a vice-liderança do PMDB na Constituinte, insatisfeito com a posição do líder em exercício, Euclides Scalco, que na última sexta-feira orientou os parlamentares do partido a votarem contra a jornada de trabalho de 40 horas, preferindo votar na de 44 horas. A saída de Miro já foi formalizada por Scalco junto à Mesa da Constituinte.

Miro Teixeira considera que por razões éticas não poderia manter-se como vice-líder a partir do momento em que redigiu um manifesto criticando a posição de Scalco.

No próprio momento da votação, quando, em nome da liderança, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) orientou a bancada a rejeitar as 40 horas, Miro procurou Scalco para alertá-lo: "Você não deve fazer isso em nome da liderança. Essa posição não tem a maioria da bancada", disse Miro.

"Tenho certeza de que se o senador Mário Covas estivesse aqui o encaminhamento da liderança seria outro..

Sistematização aprova mudança no pagamento do aviso prévio

A Comissão de Sistematização aprovou, ontem à noite, por 63 votos contra 21, o destaque do deputado José Maria Eymael (PDC-GO), que prevê o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, nunca inferior a trinta dias vigente na data da demissão.

O texto do substitutivo do deputado Bernardo Cabral previa apenas "aviso prévio e direito à indenização" deixando para lei complementar os detalhes. Segundo o autor, deputado José Maria Eymael "um dispositivo desta natureza deveria ter por objetivo oferecer maior estabilidade no emprego". Explicou que o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço será "mais uma arma contra a dispensa imotivada", esclarecendo que mesmo quando o empregado tem apenas quatro meses de serviço o patrão terá que pagar o que hoje é proporcional a um ano.

Outro ponto questionado no plenário — que ficou esvaziado após a votação dos 120 dias de licença gestante — foi o direito de assistência gratuita aos filhos e dependentes do trabalhador em creches e pré-escolares de zero a seis anos. Os deputados José Lins (PFL-CE) e Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS) apresentaram destaques supressivos a esse inciso, que acabaram sendo retirados antes da votação.

A argumentação de José Lins foi a de que "as empresas não podem arcar com esse tipo de despesa", salientando que "por fim o consumidor é que vai pagar por isso". O destaque, no entanto, só foi retirado após detalhamento do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que explicou que no Capítulo dos Direitos Sociais estavam apenas o princípio que no artigo 234 é de atribuição exclusiva do Estado.

Engano

O último destaque do dia foi votado com o plenário bastante esvaziado. O deputado Luis Roberto Ponte pediu a supressão do inciso XXIII, que prevê "a participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação. Apesar da argumentação da relatoria de que isso não implicaria em participação nos lucros originários da modernização, o deputado manteve o destaque que foi derrubado por 47 votos contra 14. Ironicamente, o 47º voto foi dado justamente pelo senador Albano Franco, (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias, que também defende a supressão do artigo. Ele estava entrando desatentadamente no plenário quando o seu nome foi chamado pelo senador José Fogaça que não conteve a supressão em relação ao voto contrário do presidente da CNI.

Ulysses tem substituto para governador de RR

O governador do Território Federal de Roraima, Getúlio Cruz, deverá ser afastado do cargo para o qual foi nomeado em março de 85. O assunto foi discutido ontem na conversa entre o presidente José Sarney e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Cruz é do PFL e o PMDB já tem um candidato: José Maria Barbosa, que conta também com a confiança do Presidente da República e dos gabinetes militares do Palácio do Planalto.

A substituição de Getúlio Cruz já vem sendo discutida há mais de seis meses e se precipitou com o as-

assinato do prefeito da capital, Sílvia Castro Leite, ocorrido na última sexta-feira. O prefeito era do PMDB e Sarney irritou-se com o problema, pensando inclusive em cancelar sua escala em Boa Vista, no retorno de sua viagem a Caracas.

Esta é a segunda vez que a substituição de um governador de Roraima se vincula a um assassinato. Em 1982, o então governador-brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, deputado federal do PTB, foi substituído após o assassinato de um jornalista que denunciara fraude nas eleições.

Prefeito assume e é cassado

Boa Vista — O vice-prefeito desta capital, Roberio Bezerra de Araújo, 33 anos, médico, minutos depois de ter recebido o cargo de prefeito que lhe foi transmitido pelo presidente da Câmara de Vereadores, José Maria Carneiro, foi cassado por decisão do juiz de Caracarái (a cem quilômetros de Boa Vista). O juiz José Machado, que anos atrás foi sócio do prefeito assassinado num escritório de advocacia, argumentou que a decisão era para preservar o executivo municipal, já que o vice-prefeito é apontado como um dos possíveis mandantes do atentado de maio passado.

Antes que tivesse conhecimento da decisão do juiz, Roberio Araújo anunciou que mudaria todo o secretariado, mas não teve tempo para cumprir a promessa, diante da decisão do juiz, que no momento responde por todo o território, já que os outros dois estão de licença.

Assumiu a prefeitura o vereador José Maria Carneiro, presidente da Câmara. Antes, Roberto teve tempo de decretar ponto facultativo no município. Assim os órgãos ligados à prefeitura não funcionaram.

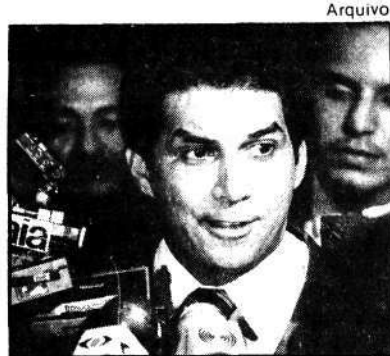
Ao saber da cassação, Roberio Araújo impetrou mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça, do Distrito Federal e Territórios no sentido de anular a cassação, o que até ontem à noite não havia acontecido.

O ex-assessor de gabinete do prefeito Sílvia Leite, assassinado na sexta-feira passada, Osny Severino, disse ontem que não entende e nem encontra "justificativa para o envolvimento de Teomar Mota no assassinato". Ele explicou que "Teomar Mota não tinha inimizade com Sílvia, inclusive, na sexta-feira, dia do assassinato, esteve na prefeitura conversando com o prefeito Sílvia Leite".

Jáder condena protesto de agricultor no Sul

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jáder Barbalho, declarou ontem que aceita todas as formas de pressão democráticas, mas não aceita "paralisar a administração pública como forma de protesto". Barbalho referiu-se à invasão da sede do In-cra, em Porto Alegre, por trabalhadores rurais, em protesto contra a morosidade da Reforma Agrária.

Segundo a Coordenadoria de Comunicação Social do Mirad, o ministro não permitirá a permanência de pessoas estranhas ao serviço, além do expediente, no prédio do In-cra. Barbalho ainda conversou com o governador Pedro Simon para que tenham prosseguimento as gestões iniciadas por seu antecessor, ministro Marcos Freire, com o objetivo de desapropriar áreas do Governo gaúcho para fins de Reforma Agrária.



Ministro critica paralisação

frontos no campo, das quais 124 efetivamente confirmadas pela CCA. Esse número, porém, é inferior ao registrado no primeiro semestre do ano passado, quando morreram no período 178 pessoas.

Só no último final de semana, mais quatro pessoas foram assassinadas: uma em Goiás e três no Maranhão. Estado que substituiu o Pará nos recordes de mortes decorrentes de conflitos rurais. Até o momento morreram 21 pessoas no Maranhão. No último sábado, foram mortos três pistoleiros — Elizeu Paraíba, Pinheiro e Manoel Ruz.

Sob o aplauso das galerias e por 53 votos a 30, a Comissão de Sistematização decidiu ontem que o serviço extraordinário prestado por trabalhador deverá ter remuneração em dobro, e não conforme convenções trabalhistas, como previa o texto de Bernardo Cabral. A decisão deixou furioso o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, que acusou a Comissão de Sistematização de ter inviabilizado as pequenas e microempresas do País.

As lideranças partidárias orientaram suas bancadas para apoiar essa emenda, de autoria do deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), entendendo que, na maioria dos dissídios coletivos, o Tribunal Superior do Trabalho tem concedido um acréscimo de 100% na remuneração das horas extras. "Faltou articulação dos líderes. Eu sozinho não posso fazer nada. Enquanto eu fico sozinho aqui, defendendo o direito dos empresários, estão aí, defendendo os trabalhadores, o Lula, o Jair Meneguelli, o Genoíno etc. Você vê algum outro empresário aqui?", argumentava Albano Franco, numa conversa com Israel Pinheiro, que votou contra a emenda e também condenava a desarticulação dos líderes.

Gestante

No mesmo capítulo dos direitos sociais, por 65 votos a 13, ficou decidido que a gestante terá uma licença remunerada de pelo menos 120 dias. A sessão começou com a ameaça de falta de quórum, que vem pairando sobre seus trabalhos desde sábado. Logo na primeira votação, quando se deliberou sobre uma emenda de Nelson Friedrich (PMDB-RS), que propunha a proibição de qualquer tipo de hora extra, não houve quórum para decisão. Quarenta constituintes votaram a favor e 28, contra. (O

mínimo é de 47 votos, contra ou a favor). Mas, a partir das 15h30, quando entrou em votação a emenda de Ademir Andrade, preconizando a remuneração em dobro para trabalho extra, o plenário passou a ter quórum.

Entrou então em votação uma emenda do deputado Florisceno Paixão (PDT-RS), propondo remuneração em dobro para o trabalhador quando ele se encontrar de férias. Imediatamente, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) foi para a tribuna dizendo que a medida seria um estímulo à "vadiagem" e inviabilizaria as pequenas e microempresas. Em nome dos trabalhadores, o deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ) argumentou que, quando os trabalhadores conquistaram férias de 15 dias, os patrões apresentaram o mesmo argumento.

A direita

Mais uma vez desde o início dos trabalhos da Sistematização, a facção centro-esquerda do PMDB, representada por Nelson Jobim, Arthur da Távola, Pimenta da Veiga, Virgildáio Sena, entre outros, aliou-se à direita (Carlos Sant'Anna, Edison Lobão, Aloysio Campos, e Nilson Gibson) para derrotar a proposta. E esse comportamento voltou a ser praticado quando o plenário votou emenda do deputado Gastone Righi (líder do PTB), que pedia gozo de férias anuais, remuneradas em pelo menos um terço a mais do que o salário normal. Essa proposta foi derrotada por 43 votos a 32.

Até que a Comissão de Sistematização aprovasse uma licença-gestante de 120 dias, foram rejeitadas emendas dos constituintes Paulo Paim e Mário Maia, que preconizavam uma licença remunerada de 180 dias. O líder José Lourenço, do PFL, foi à tribuna combater a ideia, dizendo que a medida inviabilizaria o mercado de trabalho para a mulher. Mas quando entrou em votação emenda da deputada Irma Passoni (PT-SP), propondo uma licença-gestante de 120 dias, direita e esquerda se uniram para aprová-la por 65 votos a 13.

Texto amplia direitos

- A íntegra do que foi votado ontem na Comissão de Sistematização é a seguinte:
- XIII — repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local;
 - XIV — serviço extraordinário com remuneração em dobro;
 - XV — gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral;
 - XVI — 120 dias de licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei;
 - XVII — aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de no mínimo 30 dias, e direito à indenização nos termos da lei;
 - XVIII — redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
 - XIX — adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
 - XX — aposentadoria;
 - XXI — assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolares de zero a seis de idade completos;
 - XXII — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;
 - XXIII — participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação;

Empresário tenta obter apoio

Os líderes empresariais na Constituinte estão tentando obter o apoio da cúpula do PMDB para extinguir a estabilidade do texto constitucional, substituindo-a pelo direito do trabalhador à indenização e ao aviso prévio. Os empresários estão convencidos de que, na Comissão de Sistematização, não será mais possível mudar esse aspecto do substitutivo do relator Bernardo Cabral e direcionam as articulações para a votação no plenário da Constituinte.

O instrumento dessa estratégia, segundo o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é o inciso 17 do substitutivo, que prevê a indenização e o aviso prévio. As forças "moderadas", explicou, tentarão vincular esse dispositivo ao inciso 1º, de forma a substituir a estabilidade aprovada pela Comissão de Sistematização. Albano disse que já conversou sobre o assunto com o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Segundo ele, o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o deputado José Serra (PMDB-SP) "foram sensíveis" à ideia, diante dos anúncios de que os investimentos poderão ser reduzidos em função da estabilidade.

O deputado José Serra admitiu que tem mantido muitas conversas com o presidente da CNI, mas insistiu na defesa do dispositivo previsto no primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, que deixava a regulamentação da estabilidade para a legislação trabalhista: "Acho que, de um modo ou de outro, não será possível resolver esse assunto através da Constituinte", disse Serra.

O deputado Guilherme Affif Domingos (PL-SP), líder empresarial e membro suplente da Sistematização, previu mudanças no texto aprovado, não em tópicos, mas na sua totalidade: "Está crescendo a revolta entre os constituintes de segunda classe, que não estão podendo participar das decisões. O plenário da Sistematização está sendo visto como um órgão homologador do que foi articulado em alguns gabinetes. Parece-me que a maioria dos constituintes não está disposta a homologar, em plenário, essas decisões", disse.

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno, disse que a "esquerda" já havia identificado o esforço do empresariado no sentido de "recuperar a emenda dos empresários gaúchos, que acabaria com a estabilidade".